



# As Diretrizes da OCDE e os povos indígenas

*A sua comunidade indígena teve direitos ou territórios ancestrais afetados pela atividade empresarial? Ou você acompanha uma alguma comunidade? As Diretrizes da OCDE podem ajudar você a lutar pelo respeito aos direitos dos povos indígenas.*

## O que dizem as Diretrizes da OCDE sobre os direitos dos povos indígenas

As Diretrizes da OCDE fazem referência à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (DDPI) e pedem que as empresas respeitem todos os direitos humanos reconhecidos internacionalmente, inclusive os dos povos indígenas, e abordem os danos aos direitos humanos. Você pode usar as Diretrizes da OCDE para exigir que as empresas:

- Evitem causar ou contribuir para danos aos direitos dos povos indígenas, bem como abordem e reparem esses danos quando eles ocorrerem. Isso inclui o direito à consulta livre, prévia e informada (CLPI). As Diretrizes referem-se a recomendações práticas, inclusive sobre a CLPI, durante a orientação sobre a devida diligência da OCDE.
- Ajudem a evitar ou mitigar danos aos direitos dos povos indígenas que estejam diretamente vinculados a seus negócios.
- Evitem represálias contra os povos indígenas que se manifestam contra a atividade empresarial e remediem os danos causados por essas represálias.
- Apliquem uma devida diligência em direitos humanos que considere os riscos distintos e interseccionais enfrentados por grupos vulneráveis ou marginalizados, inclusive pelos povos indígenas.
- Dediquem uma atenção especial às pessoas que estejam enfrentando riscos maiores devido à marginalização ou vulnerabilidade, inclusive aos povos indígenas.
- Se envolvam de forma significativa com os povos indígenas afetados, inclusive durante a devida diligência. As empresas devem eliminar as barreiras que impedem o envolvimento dos povos indígenas. O envolvimento é "significativo" se for contínuo, tempestivo, acessível, apropriado e seguro para os povos indígenas e se inclui uma comunicação bidirecional, demonstração de boa-fé (isto é, respeito, honestidade e intenção genuína de encontrar soluções para os danos) e a capacidade de respostas aos pontos de vista dos povos indígenas.

MAIS  
INFORMAÇÕES



## Dica

Para combater a ambiguidade sobre a natureza coletiva dos direitos dos povos indígenas nas Diretrizes, a sociedade civil deve lembrar às empresas e aos órgãos de denúncias que a DDPI endossa a natureza coletiva dos direitos dos povos indígenas, bem como outros direitos fundamentais, como os direitos à autodeterminação e à cultura. Para incentivar a interpretação mais ampla possível do direito à CLPI, a sociedade civil deve consultar a orientação sobre a CLPI nos Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (IFC) (que são citados no Capítulo VI das Diretrizes), o protocolo específico da comunidade indígena para a CLPI e outras boas práticas nesse sentido.

## O que são as Diretrizes da OCDE?

As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais sobre Conduta Empresarial Responsável (as Diretrizes da OCDE) são recomendações feitas pelos governos a empresas sobre como operar de forma responsável. As Diretrizes da OCDE estabelecem padrões não vinculantes para uma conduta empresarial responsável, abrangendo uma ampla gama de questões importantes para as comunidades, como os direitos humanos, os direitos trabalhistas e o meio ambiente, cobrindo também tópicos como corrupção e tributação.

A fim de promover as Diretrizes e tratar as denúncias sobre atividades empresariais prejudiciais, os governos que aderem as Diretrizes da OCDE devem estabelecer um órgão extrajudicial de denúncias denominado Ponto de Contato Nacional para Conduta Empresarial Responsável. As Diretrizes estabelecem padrões adequados para todas as empresas, mas as denúncias só podem ser apresentadas contra dois tipos de empresas com operações internacionais: 1) empresas multinacionais com sede em um país aderente às Diretrizes da OCDE ou 2) empresas multinacionais que operem em um país que adote as Diretrizes da OCDE.

## Como as Diretrizes da OCDE podem ajudar?

A sociedade civil pode usar as Diretrizes para:



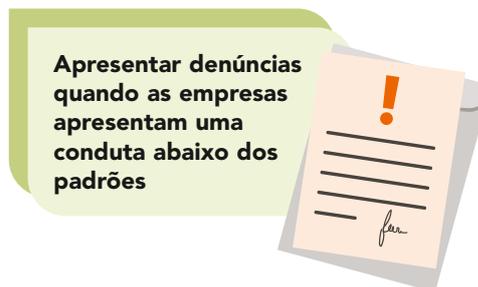
Promover a conscientização da comunidade sobre os padrões destinados às empresas



Falar com as empresas para exigir uma conduta melhor



Defender leis e políticas sólidas sobre responsabilidade corporativa



Apresentar denúncias quando as empresas apresentam uma conduta abaixo dos padrões

## Sobre a OECD Watch

A OECD Watch é uma rede global da sociedade civil com mais de 130 organizações-membros em mais de 50 países. Nosso trabalho concentra-se do fortalecimento de comunidades, pessoas trabalhadoras e ONGs para que estes utilizem as Diretrizes da OCDE para garantir que o setor empresarial respeite os direitos humanos e o planeta e que as empresas sejam responsabilizadas por suas impactos negativos em todo o mundo. A OECD Watch ajuda comunidades e ONGs na apresentação de denúncias e na defesa de direitos diante de governos e empresas. Também fazemos pesquisas e defendemos políticas na OCDE e em países isolados para incentivar uma implementação mais eficaz das Diretrizes e um alinhamento mais estrito entre as Diretrizes e as leis de responsabilidade corporativa. **Precisa de ajuda? Entre em contato conosco!**

MAIS  
INFORMAÇÕES

